



METROPOLE

SSA-BA

Cerco ao tribunal

17 FEV 2022



Lei proposta pelo deputado Rosemberg Pinto (PT) cria barreiras contra atuação do TCM. Nos últimos cinco anos, órgão aplicou 8.020 multas contra prefeitos e secretários que não utilizaram bem o dinheiro público

Págs. 4 e 5



Ôswald é o caralho! Meu nome é Oswáld, porra!

James Martins

E por falar em centenário, nesta semana completam-se 100 anos da Semana de Arte Moderna de São Paulo. Aquela que muitos acusam de ter finalmente descoberto o Brasil. O evento começou no dia 13 de fevereiro de 1922 e, a bem da verdade, apesar do nome, durou apenas três dias. Ou, como tem gostado de enfatizar (com intuito pejorativo) o escritor e jornalista Ruy Castro: “Uma soirée, uma matinê e outra soirée”. Aliás, a campanha de Ruy contra os modernistas paulistas, em que pese o carioquismo agudo e mesmo atroz, tem algo de profundamente oswaldiano em sua irreverência. Embora não concorde com as premissas básicas, acho mais graça nele que na maioria das celebrações baba-ovo-acadêmicas que temos visto aqui e ali. E por aqui e ali leia-se aqui e ali mesmo, se tanto. Confesso que sempre achei que a semana dos cem anos da Semana seria palco para muitos e muitos eventos de naturezas as mais diversas. Qual o quê? É desinteresse real mesmo ou é ainda a pandemia?

O fato é o seguinte. Parece que se não fosse pelas pichações de Ruy Cas-

tro, ninguém nem se lembraria do aniversário da farra de Oswald de Andrade e cia no palco do Municipal de São Paulo. Aliás, o destaque hoje dado a Oswald no meio da turma é um lance que o jornalista questiona retrospectivamente e que as publicações da época de fato desmentem. O anúncio que saiu na Gazeta de SP, por exemplo, dias antes do evento, traz o nome do poeta de Pau Brasil como apenas mais um em meio a Plínio Salgado, Ronald de Carvalho, Luiz Aranha e até mesmo dona Lucília Villa-Lobos, pianista e esposa do compositor, que parece que depois fora defenestrada do programa. Seja como for, não foi por acaso que o nome e a personalidade de Oswald de Andrade, o antropófago, projetou-se acima e além na história. Acho até que não preciso entrar nisso agora (e mesmo que precisasse, não teria espaço). Portanto, por ora, fiquemos apenas com o nome.

Isso porque me incomoda imensamente essa moda já antiga de chamar Oswáld (sim, com a tônica na segunda sílaba, como em Osvaldo) de Ôswald. Imagino-o levantando do túmulo e in-

terrompendo o Roda Viva para proclamar: “Ôswald é o caralho! Meu nome é Oswáld, porra!”. Aliás, muito já se especulou em torno da grafia do nome dele. Inclusive que o próprio a teria alterado para dar-lhe feição mais modernista. Outros dizem que foi erro do escrivão. Nada disso. Oswald é o nome que a avó do poeta escolheu para seu pai, fascinada que era pelo romance “Corina”, de Madame de Staël, cuja personagem título morre de amores por um Oswald. José Oswald é o nome do pai e do filho. No caso do poeta, José Oswald de Souza Andrade. Se ousadia houve, portanto, foi da boa senhora, muitos anos antes desse papo de modernismo. A pronúncia, tanto aqui como no livro é, sempre foi, repito, como a de Osvaldo (como, aliás, os amigos o chamavam: Osvaldo).

Quem inventou a bobagem de Ôswald eu não sei. Só sei que, como tudo que não presta, pegou. Antes que (o alerta é de Antônio Cândido), comecem a chamar Drummond de Drúmon, deixo aqui minha singela colaboração à celebração do centenário de 22. Salve, simpatia!

Publisher **Editora KSZ**
Diretor Executivo **Chico Kertész**
Editor-chefe **André Uzêda**
Projeto Gráfico **Marcelo Kertész & Paulo Braga**
Editor de Arte **Paulo Braga**

Diagramação **Dimitri Argolo Cerqueira**
Redação **Adele Robichez, André Uzêda, Chayenne Guerreiro, Rodrigo Meneses e Tailane Muniz**
Revisão **André Uzêda e Redação**

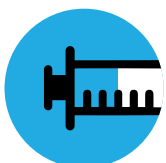
Comercial **(71) 3505-5022**
comercial@jornaldametropole.com.br

Rua Conde Pereira Carneiro, 226Pernambúes CEP 41100-010
Salvador, BA tel.: (71) 3505-5000





SALVADOR
PREFEITURA



FicaADica

TOME

TODAS

AS DOSES

500 mil pessoas ainda não tomaram a dose de reforço.

Está provado em todo o mundo, a dose de reforço diminui bastante a chance de internação e aumenta a proteção contra as novas variantes. Então, fique ligado: cada dose a menos que você toma, mais forte a covid fica. **Não vacile, vacine.**

Intervenção no tribunal

Lei Rosemberg interfere diretamente na ação do TCM, que nos últimos cinco anos aplicou 8.020 multas contra prefeitos e secretários por mau uso do dinheiro público

Texto André Uzêda

andre.uzeda@radiometropole.com.br

Se tivesse sido aprovada em 2018, a Lei Rosemberg teria dificultado até aqui a aplicação de 8.020 multas contra gestores públicos municipais em toda Bahia. O número traduz o quanto a nova decisão, aprovada por unanimidade na Assembleia Legislativa do estado, pode avançar o trabalho de fiscalização do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM).

Um levantamento exclusivo feito pelo **Jornal da Metropole**, com base nos arquivos dos últimos cinco anos do órgão, revela um montante de R\$ 66 milhões em sanções a prefeitos e secretários por mau uso do dinheiro público. Só no último biênio, de 2020 a 2021, este valor chegou a R\$ 31,7 milhões.

Proposta pelo deputado Rosemberg Pinto (PT) e aprovada no dia 22 de dezembro, a lei 14.460 interfere diretamente no funcionamento do TCM — órgão especializado na análise das contas públicas dos 417 municípios que compõem o estado.

Antes, a aplicação de multas era guiada por critérios como “grave infração à norma legal” e “ato de gestão ilegal, ilegítimo, antieconômico”, resultando em “injustificado dano ao erário”. A depender da gra-

vidade, as penas variam entre cinco faixas de valor (de R\$ 300 a R\$ 15.000)

Com o texto revisado, as penas não podem ser mais aplicadas se não for comprovado que os gestores agiram “em benefício próprio ou de familiares”. Outra restrição imposta é que os conselheiros do TCM precisam demonstrar que houve dolo (intenção) no mau uso do dinheiro público — competência que antes cabia ao Ministério Público Estadual (MP-BA), após representação do tribunal, para adoção de medidas cíveis ou criminais.

A lei, informalmente batizada com o nome do deputado proponente, é inédita em todo o país. Como agravante, ainda choca-se contra preceitos da Constituição Federal (no artigo 75) e, por tabela, cria indisponibilidade com a Constituição do Estado da Bahia (no artigo 91).

No entendimento de juristas, ouvidos em reportagem de capa da última semana no **Jornal da Metropole**, a Lei Rosemberg abre brechas e estimula o uso de laranjas, para encobrir a participação de prefeitos e secretários, além dos seus respectivos parentes, em atos criminosos.

Há também o entendimento de um forte compadrio entre deputados estaduais e prefeitos, no sentido de enfraquecer

a atuação do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM).

Em ano eleitoral, a exemplo de 2022, muitos gestores municipais atuam como puxadores de votos para candidatos ao legislativo. Enfraquecer os instrumentos de fiscalização do TCM favorece políticos que desejam lesar o erário público.

VOZES CONTRA A LEI

Diante da aberração jurídica em face da inconstitucionalidade, vozes têm se levantado pedindo a revogação.

Professora de Direito Civil da Ufba, a advogada Cristiana Menezes Santos criticou a decisão da Assembleia Legislativa da Bahia. “Eu espero que o Ministério Público que é omissor em muitas áreas, entre com uma ação. Partidos políticos também precisam se pronunciar. É um país que está pirado. Tá de ponta cabeça. A ética não faz curva. Se o político está errado, tem que ser processado e responder por isso. Gestor de dinheiro público tem que cuidar do dinheiro público como se fosse o melhor amigo dele”, diz.

O procurador do Ministério Público de Contas (MPC), Danilo Diamantino, em sessão ordinária no TCM, fez duras críticas e





Com norma do STF, conselheiros seguem aplicando multas

Embora em vigor desde sua publicação, a Lei Rosemberg não tem sido utilizada pelos conselheiros do TCM. Em documento que analisa a prestação de débito do prefeito de Salinas das Margaridas, Wilson Ribeiro Pedreira (PSD), a sanção foi aplicada aos antigos moldes. O documento é do dia 15 de fevereiro deste ano. E a multa, no valor de R\$ 1.500, foi executada por infrações como admissão de servidores sem a realização de prévio concurso público e tímida cobrança da dívida ativa, entre outras.

Os conselheiros têm se valido do entendimento da súmula número 347 do STF (“o Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público”), além de se ancorar também na resolução número 1.392/2019, do próprio tribunal, por entender a inconstitucionalidade da Lei Rosemberg.

OUTRO LADO

O deputado petista que nomeia a lei diz que o texto vem para dar segurança ao gestor público, evitando que a função seja “um ato inglório”.

“Aquele que se dispõe a servir ao povo não pode passar anos de sua via respondendo por atos dos quais não agiu com dolo, nem se beneficiou de qualquer ação em detrimento ao erário”, justifica Rosemberg Pinto, que diz ainda que há uma “análise fria” do TCM, em relação à intencionalidade, além de desconsiderar a possibilidade de pagamento das despesas pelos municípios.

“Acho uma insensatez com prefeitos e prefeitas, principalmente quando estes deixam o mandato. Não quero aqui fazer nenhuma crítica ao tribunal, pelo seu entendimento na matéria, porém não acho justo multar os gestores no campo pessoal, quando não é caracterizado dolo”, pontua.

classificou a decisão como inconstitucional. Diamantino ainda apontou caminhos possíveis para uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), tanto do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), quanto no Supremo Tribunal Federal (STF).

“Essa norma viola a Constituição Estadual e a Constituição Federal. Isso significa dizer que caberia uma Adin não só frente ao TJ-BA como também ao STF”, apontou.

O conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Gildásio Penedo Filho, classificou a Lei Rosemberg como “flagrantemente inconstitucional”.

Corregedor do TCE, Penedo ressalta que a AL-BA não poderia alterar uma legislação que atinge o funcionamento do TCM. “[A lei] tinha que partir do próprio tribunal de contas. Esse projeto de lei não poderia ser oriundo de outro poder, porque versa sobre a própria organização do tribunal. Essa matéria está eivada de vícios”, destacou.

Os conselheiros do TCM devem apreciar a partir da próxima semana um parecer jurídico sobre a lei. Após se debruçarem sobre o texto e, por meio de uma decisão colegiada, podem ingressar na Justiça pedindo a derrubada por inconstitucionalidade.

O que diz a lei

As multas são aplicadas em caso de grave infração à norma legal e ato de gestão ilegal, ilegítimo, antieconômico, resultando em injustificado dano ao erário

Quem ancora Constituição Federal (no artigo 75) e Constituição do Estado da Bahia (no artigo 91)

Lei Rosemberg

Multas só podem ser aplicadas se for comprovado o desvio de recursos em benefício próprio ou de familiares, ou se houve dolo no ordenamento de despesas

Efeito juristas citam possível uso de laranjas





divulgação

Otto no governo e Rui no Senado

O governador Rui Costa (PT) tem se mostrado decidido a concorrer ao Senado Federal nas eleições deste ano. Na visão de Rui, segundo interlocutores, isso porque ele seria “um melhor puxador de votos” colocando-se à disposição na chapa. Caso se confirme, isso muda completamente o cenário que já parecia estabelecido para a chapa petista em 2022. Na nova configuração, o nome do atual senador Otto Alencar (PSD) seria o escolhido para concorrer ao Palácio de Ondina. João Leão (PP) assumiria o governo em abril, uma vez que Rui precisaria se desincompatibilizar.

Roma deixa risco no ar

O ministro João Roma (Republicanos), em entrevista presencial a Mário Kertész na **Rádio Metropole**, garantiu que o presidente Jair Bolsonaro (PL) não vai se negar a passar a faixa ao ex-presidente Lula, caso o petista confirme o favoritismo das pesquisas e vença a eleição em outubro. A declaração, no entanto, contém um estranho complemento: “se estiver tudo certo... tem que respeitar o resultado da democracia”. Como Bolsonaro tem questionado a seriedade das eleições e defendido abertamente o voto impresso, a frase — no mínimo — acende o sinal de atenção.

Lídice sinaliza saída de Nilo

Deputada federal e presidente estadual do PSB, Lídice da Mata refutou a possibilidade do deputado federal Marcelo Nilo permanecer no partido e sair candidato ao Senado pela chapa de ACM Neto. A ex-prefeita de Salvador confidenciou que essa era uma coisa “difícil de imaginar”. Lídice negou ainda que exista a possibilidade do deputado estadual e genro de Nilo, Marcelinho Veiga, seguir a mesma linha do antigo aliado e romper com Rui Costa e Jaques Wagner.



tácio moreira/metropress

Fake News com Baiana System

Carlos Bolsonaro (Republicanos) publicou em seu instagram um vídeo antigo do show da banda Baiana System, induzindo seus 2,4 milhões de seguidores a acreditarem que as imagens haviam sido gravadas recentemente. O show postado, no entanto, aconteceu em junho de 2019 — antes da pandemia, que começou em março de 2020. Foi durante o Festival Lula Livre e reuniu diversos artistas na Praça da República, em São Paulo. Nas imagens, o vereador Eduardo Suplicy (PT) aparece dançando em uma rodinha com jovens entusiasmados com o som da banda.



reprodução



foto do leitor/divulgação

Ebó coletivo

O vereador evangélico Isnard Araújo (PL) retirou da Câmara Municipal de Salvador o projeto que propunha rebatizar uma das dunas do Abaeté com o nome de “Monte Santo Deus Proverá”. A desistência aconteceu após um protesto de adeptos do candomblé, em um movimento chamado de ebó coletivo. O povo de Santo considera a área também um local sagrado e considerou injusto o poder público municipal favorecer apenas uma religião. Em meio à polêmica, o prefeito Bruno Reis (UNIÃO) se disse contrário à mudança. “Existiu um projeto de lei que sugeria a mudança de nome de uma parte das região das dunas, mas jamais mudaria o nome de um local tradicional e sagrado para todos os baianos”, disse.

**ÀS VEZES AS COISAS
FICAM DIFÍCEIS.**

**É AÍ QUE APARECE A MÃO AMIGA.
QUE AJUDA, DÁ FORÇA, APOIA.
VAI PASSAR. PODE ACREDITAR!**

Pandemia, desemprego, inflação e tantos outros problemas que temos enfrentado. Às vezes, a vida fica mais dura de encarar. E é aí que ganha importância aquela mão amiga, que aparece para ajudar, dar força, apoiar e guiar para dias melhores. E pode acreditar: o que estiver ao nosso alcance, faremos em benefício da nossa cidade e da nossa gente.

**CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR.
DE MÃOS DADAS COM VOCÊ.**



Indústria breca sob efeito Ford

Um ano após saída da montadora americana, impactos ainda são sentidos no estado. Bahia teve o maior recuo industrial dos últimos 18 anos

Texto **Tailane Muniz**

tailane.muniz@radiometropole.com.br

Faz pouco mais de um ano que a Ford anunciou o encerramento das atividades na planta de Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador, mas a Bahia ainda amarga o fim da relação.

O estado encerrou 2021 com a maior queda na produção industrial do país, segundo dados do IBGE. O recuo, em 13,2%, é o pior dos últimos 18 anos. O instituto atribui o declínio ao desempenho negativo da indústria de transformação, já que a extrativa apresentou crescimento de 7,3%.

A produção baiana despencou sobretudo pelo encolhimento de 94,9% na fabricação de veículos — a montadora americana, sozinha, representava de 0,5 a 1% do Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia, de acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI).

Coordenador de contas e finanças da



pasta, João Paulo Caetano assegura que, nos dias de hoje, a ausência da Ford equivale a um déficit de R\$ 7 bilhões na receita.

“Se considerarmos toda a cadeia, desde a peça até o fornecimento de insumos, daria em torno de 3 a 4% do PIB”, explica o economista, ao referenciar um estudo realizado em 2019, quando a Ford, ainda estabelecida na Bahia, mantinha cerca de 6 mil empregos diretos e indiretos em Camaçari e adjacências. “Foi um impacto muito significativo para todo o setor, tanto em volume quanto em valores. A queda da produção está muito relacionada a essa ausência”, considera Caetano.

No ano passado, a indústria brasileira cresceu 3,9% e teve resultados positivos em 10 dos 15 locais analisados pelo IBGE. Os maiores aumentos ocorreram em Santa Catarina (10,3%), Minas Gerais (9,8%) e Paraná (9,0%). A passos curtos, contudo, a Bahia parece ensaiar uma recuperação: entre novembro e dezembro passados, o esta-

do conseguiu acender a produção em 2%.

A alta veio após um recuo de 1,7% entre outubro e novembro. Ao passo em que o governador Rui Costa (PT) sinaliza que está perto de “uma solução para a questão da Ford”. Rui, que à época do encerramento, em 11 de janeiro de 2021, demonstrou-se indignado com a decisão da Ford, diz que tem “trabalhado muito” para preencher o espaço deixado pela gigante americana, após 20 anos de operação no estado.

IMPACTO

À sombra da Bahia, o município de Camaçari — que perdeu R\$ 30 milhões do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e mais R\$ 100 milhões de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) — sente proporcionalmente os impactos do declínio. O prefeito Antônio Elinaldo (UD) aponta o desemprego, para além da arrecadação, como um dos principais problemas desencadeados.

“Porque [o desemprego] afeta o município em cadeia. O comércio, serviços, o setor educacional, com o cancelamento de matrículas”, comenta o gestor, ao estimar a circulação de R\$ 20 milhões a menos, desde o fechamento da Ford.

À reportagem, Elinaldo frisa o compromisso de trabalhar “diuturnamente para atrair novos investimentos e gerar emprego e renda”, a partir de estratégias como programas de investimentos, a fim de atrair empresas de segmentos diversos para a cidade.

O tempo de recuperação do setor industrial da Bahia, de forma geral, está direta-

mente ligado ao segmento, sinaliza o economista João Paulo Caetano.

“Há a possibilidade de que uma nova empresa tenha resultados até superiores ao da Ford, se a produção atender aos bens finais, por exemplo”. Os bens finais produzidos pela indústria de transformação são materiais prontos para o consumo, e tendem a influenciar na cadeia econômica a um prazo mais curto.

“É o tipo de segmento que tem a capacidade não só de substituir, mas de superar este espaço. Ainda há uma expectativa de quando isso vai acontecer, de quando essa recuperação será observada”.

A produção física da Indústria de Transformação da Bahia registrou queda de 14,3% em 2021, ocupando a última posição no ranking dos 14 estados que participam da Pesquisa Industrial Mensal (PIM). Além da Bahia, quatro estados registraram desempenho negativo: Pernambuco (-0,4%); Mato Grosso (-1,0%); Goiás (-4,9%); e Pará (-13,7%).

Gerente executivo de Desenvolvimento Industrial da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), Marcus Verhine explica que as proporções do fechamento de uma empresa do porte da Ford, produtora de bens finais, se estendem à cadeia econômica de um jeito “extremamente significativo, porque o estado é concentrado em poucos segmentos”.

Marcus lembra que, no caso da Bahia, o setor de veículos automotores corresponde a 5% do valor da transformação industrial, uma espécie de “PIB da indústria”. Por isso, a queda de 94,9% na fabricação de veículos reverbera em outros setores.

O setor de refinós, que registrou queda de 18,1%, por sua vez, é responsável por 31% deste valor de transformação industrial. “Este também gera um impacto enorme, pelo peso que ocupa na cadeia da indústria baiana”. A metalurgia, que representa 3,8% deste PIB da indústria, completa a tríade dos setores que mais decaíram em 2021.

“Neste cálculo simples, a gente contabiliza uma redução de quase 40%”. Houve declínio — com menor potencial danoso à cadeia econômica — também na produção de bebidas (-7,7%) e alimentos (-1,7%).

Verhine pontua que, até que sejam viabilizados empreendimentos que façam decolar a indústria baiana, o sistema Fieb se atém à preparação de estratégias a fim de facilitar a estruturação de um novo cenário.

marina silva/divulgacao



Efeito Ford

Menor produção - Bahia teve queda de 13,2% na indústria, a maior do país em 2021

Menor arrecadação - Município de Camaçari deixou de arrecadar R\$ 30 milhões de ISS e R\$ 100 milhões de ICMS

Menor receita - Saída da montadora representa um déficit de R\$ 7 bilhões, impactando em até 4% do Produto Interno Bruto da Bahia



Texto **Rodrigo Meneses**
rodrigo.meneses@metro1.com.br

Atrasa-lado com firma reconhecida

Privatizados e sem concorrência, cartórios de registro de imóveis criam burocracias e dificultam transações imobiliárias em Salvador



tacio moreira/metropress

“Grandes empreendedores estão deixando de investir na cidade por causa da burocracia dos cartórios de registro de imóveis”. Esta afirmação é de um advogado da área do direito imobiliário que está há três anos tentando registrar no cartório do 2º Registro de Imóveis a compra de um terreno que custou R\$ 500 mil. Durante os trâmites de registro, já foram gastos cerca de R\$ 32 mil com taxas. Por temer retaliações em futuras solicitações de serviços, ele prefere não se identificar.

O advogado afirma que a média para regularizar essas transações no cartório do 2º ofício é de dois anos. Segundo o profissional, o cartório está tentando corrigir erros existentes no próprio acervo documental à medida que novos serviços são solicitados pelos cidadãos.

“Eu só estou tentando transcrever na matrícula do imóvel a transação de compra. Mas o cartório está informando que a matrícula que consta no acervo do próprio cartório é precária. Ou seja, que não constam informações de como o terreno é atualmente”, relata.

Ainda conforme o advogado, para realizar o registro, o cartório exigiu que ele coletasse assinaturas dos donos dos terrenos vizinhos. “Um dos terrenos limítrofes é da Prefeitura e outro é uma invasão. Neste último caso, eu preciso realizar entrevista com no mínimo 10 pessoas e coletar as assinaturas”, explica. “O cartório não pode repassar esse problema que ele tem para o cliente resolver. Pela necessidade, quem busca o serviço acaba tentando solucionar”, completa.

O advogado cita que uma rede multinacional de material de construção deixou de construir uma loja na Avenida Paralela por causa na demora que enfrentaria para registrar a aquisição do terreno.

No entanto, o problema não atinge apenas as grandes negociações por parte de empresas. O advogado cita que se o 2º Ofício encontrar um problema na matrícula concedida anteriormente, na época em que não era privatizado, o cartório trava todo o processo de registro.

“Nos apartamentos da Urbis em Cajazeiras ocorre muito isso porque a maioria não possui ‘Habite-se’. O cidadão vai ter que contratar advogado, dar entrada na

justiça para resolver isso”, afirma

Segundo Noel Silva, o diretor do Creci-Ba (Conselho Regional de Corretores de Imóveis), a categoria está aflita e desesperada com a situação dos cartórios de imóveis. “Tem se perdido inúmeros negócios. Tem se criado situações absurdas. Tenho conhecimento de escritura que levou dois anos para registrar no 3º ofício”, conta. Noel lembra que lutou pela privatização dos cartórios e hoje se sente um bobo por notar a piora nos serviços.

“A privatização dos cartórios foi defendida para se acabar com os “jeitinhos”. Lutei por isso. Hoje estou me sentindo um bobo, iludido, porque achei que o serviço iria melhorar, mas piorou”, lembra.

A lei estadual nº 12.352 de 2011, que determinou a privatização dos cartórios extrajudiciais na Bahia, completou 10 anos em setembro do ano passado.

O ato de privatizar não significou melhoria no serviço prestado porque não há concorrência entre eles, pois cada um atua em uma determinada região da cidade. Ou seja, o cidadão só pode buscar serviços no cartório responsável pelo bairro

onde o imóvel está situado. Atualmente, são sete em Salvador.

Noel reclama dos prazos para serviços simples, como o registro de um título. “Há coisas absurdas como um prazo de 120 dias para fazer o registro de um contrato de financiamento do imóvel. Não queremos que passem por cima das normas, queremos que haja celeridade”, afirma.

Para dar entrada na maioria dos serviços nos cartórios, é necessário pagar um Documento de Arrecadação Judicial e Extrajudicial (Daje) de prenotação no valor de R\$ 59 e entregar a documentação exigida. Os funcionários analisam a documentação e podem apontar pendências a serem resolvidas ou dar seguimento ao protocolo.

Uma situação recorrente é a apresentação de problemas após a primeira análise, o que acaba estendendo os prazos e gerando mais custos.

“Se vai emitir uma nota devolutiva, que seja apontada todas as pendências. Esse tem sido basicamente o maior problema”, afirma Noel. O diretor do Creci considera que a má qualidade na prestação dos serviços é fruto da falta de estrutura e qualificação das equipes dos cartórios de registro de imóveis. “Como não há concorrência, os cartórios não investem em suas estruturas e qualificação das suas equipes”, explica.

ABANDONO DA PROFISSÃO

Jurandi Martins, 63 anos, atua há nove anos como despachante, mas em dezembro decidiu abandonar a profissão devido a demora dos cartórios na prestação dos serviços. “É muito estresse. O cliente nos contrata para resolver os problemas e às vezes não compreende que a demora é

culpa dos cartórios. Já fiquei com cerca de 300 processos na mão por causa da demora dos cartórios”, conta.

Jucineide Leal é despachante há 11 anos e também pensa em deixar a profissão para atuar apenas com a venda de imóveis. Atualmente ele está há dois meses enfrentando dificuldades para fazer um simples registro da portabilidade do contrato de financiamento de um imóvel.

“O cartório do 3º ofício está se recusando a registrar porque o contrato do Banco do Brasil é em papel e a liberação da portabilidade por parte da Caixa Econômica é por meio digital. O cartório só aceita se os dois forem por meio digital ou se os dois forem por meio físico”, conta.

A despachante considera a situação como um excesso de burocracia. “Não é questão de fazer fora da lei. Cada cartório estabelece regras, mas o código de normas estabelecido pelo Tribunal de Justiça é um só. Cada cartório interpreta de maneira diferente. Acaba atrapalhando a vida de todo mundo com a burocracia”, reclama.

Jucineide também está com um processo há dois anos e três meses no 3º ofício. Ela precisou tirar a certidão do imóvel para fazer um inventário e descobriu que havia um erro do cartório, o qual registrou uma casa como se fosse um apartamento.

“Trata-se de um erro evidente do cartório, mas eu tive que correr atrás da documentação na Prefeitura para provar o erro deles e ainda paguei as taxas”, conta.

O **Jornal da Metropole** entrou em contato com a Assessoria de Comunicação do Tribunal de Justiça, órgão fiscalizador dos cartórios, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição.

Cartórios de imóveis

1º REGISTRO DE IMÓVEIS (PITUBA)

2º REGISTRO DE IMÓVEIS (COMÉRCIO)

3º REGISTRO DE IMÓVEIS (MATATU)

4º REGISTRO DE IMÓVEIS (STIEP)

5º REGISTRO DE IMÓVEIS (GRAÇA)

6º REGISTRO DE IMÓVEIS (BARRA)

7º REGISTRO DE IMÓVEIS (AV. MAGALHÃES NETO)

Responsável Técnico:
Dra. Silvana Rocha
CROBA - 14011

CURSOS DE REFERÊNCIA

para você!

INSCRIÇÕES ABERTAS

srcursos.com.br
71 9 9684 - 9438

SR
CURSOS

Curso
VIP



Ânimo de robô

Desde que Unifacs foi vendida para grupo paulista Ânima, alunos se queixam que são tratados como clientes, sem diálogo com a direção

Texto Adele Robichez

adele.robichez@radiometropole.com.br

Desde que a compra total da Universidade Salvador (Unifacs) foi oficializada para o grupo paulista Ânima Educação, no fim do ano passado, estudantes matriculados têm se sentido mais clientes do que efetivamente alunos da instituição.

Entre constantes queixas na cobrança das mensalidades, reajustes injustificados e atrasos no curso, todas convergem para um ponto comum: a dificuldade de comunicação com a direção da faculdade.

Com um sistema de atendimento ocupado por funcionários despreparados e robôs com respostas prontas, se tornou muito difícil resolver até problemas simples, indicam os alunos.

“Não consigo falar com nenhum funcionário. É uma eterna espera e, quando alguém atende, pede para aguardar. Fica tocando uma música infinita e a ligação cai”, relata a estudante de arquitetura Maria Eduarda Santiago, de 22 anos.

Diante de reiterados problemas, alguns alunos já criaram até macetes para tentar um retorno.

“Eles não atendem chamada de estudante, só quando é matrícula. Então, me

deram essa dica: ‘informe que você quer ser um aluno novo’. Só me colocaram na [fila de] espera desse jeito”, revelou um aluno de psicologia, que preferiu se manter em anonimato temendo encontrar ainda mais empecilhos futuros.

As adversidades, muitas vezes, envolvem o pagamento dos cursos, por isso precisam de resolução urgente.

Com inúmeras queixas protocoladas, alunos relatam perdas de dinheiro, com multas, taxas e juros aumentando proporcionalmente à demora de atendimento. No site Reclame Aqui, há 4.731 reclamações envolvendo a faculdade, que aparece com reputação “ruim”.

“A Unifacs não mantém o valor que acordou com você no contrato. Ou ela aumenta demais ou diminui e depois cobra nas mensalidades seguintes”, conta outra estudante do curso de psicologia, também sem preferir se identificar.

Ela diz que, durante os primeiros meses da pandemia, a instituição reduziu em 30% as mensalidades. Em 2021, o valor descontado foi acrescido “em doses homeopáticas” nos boletos seguintes.

Na Unifacs, o preço da mensalidade é calculado de acordo com o número de disciplinas que o aluno cursa no semestre.

Estudante de arquitetura, Camila Barbosa, 20, conta que, por falta de tempo, precisa pegar menos matérias do que as previstas para o período. Em vista disso, ela normalmente pagaria um valor inferior à mensalidade usual.

Com a compra da Unifacs, em vez de pagar menos, Camila se deparou com um aumento de quase 50% no valor mensal. “No passado, eu cursava três matérias presenciais e uma online. Pagava mais ou menos R\$800, com bolsa de 50%. Neste semestre só foi permitido que eu cursasse três matérias e o valor da mensalidade é integral: R\$ 1.166, que corresponde ao valor de cinco matérias”, reclama.

A Ânima também implantou um novo sistema de cobrança das mensalidades, que se tornou mais um percalço na vida dos estudantes. “Nunca tive problema financeiro, nunca atrasei um boleto. Só que o sistema não deu baixa e, por isso, não liberou minha pré-matrícula”, pontua Thaís Borges, 20, estudante de medicina.

“Já abri mil solicitações, já fui presencialmente. Hoje fui de novo e me disseram que demoraria mais cinco dias úteis, até lá as minhas aulas já começaram. Parece que eu estou pedindo um favor, sendo que nunca devi nada. Não recebi meu horário





Fachada da Unifacs na Avenida Tancredo Neves, em Salvador. Estudantes criticam sistema com robôs para diálogo com a direção

e preciso me organizar”, explica Thaís.

A nova plataforma também complicou a vida de Maria Eduarda. “A plataforma para o acesso dos alunos não funciona. A gente não consegue nem mais escolher o que vai cursar. Antes podíamos montar a grade normalmente e aparecia o valor que ficaria. Agora, vai ser uma surpresa quando vier o preço”, diz.

ATRASO NA FORMATURA

A nova gestão também surpreendeu os alunos com a adição de disciplinas em determinados cursos – o que reflete em uma mensalidade mais cara e, em casos como o do estudante de Administração João Marcos Lopes, 22, um atraso considerável no ano de formatura.

“Quando a Unifacs foi vendida, falaram que não ia alterar nada. Mas, com a venda, quem estava formando, cerca de 90% da minha turma, teve a grade alterada. Entrei no sétimo período, com tudo certo para finalizar este ano, mas o grupo pegou as disciplinas já cursadas, colocou como extracurriculares e adicionou outras obrigatórias. É como se a Unifacs tivesse me rebaixado para o terceiro semestre”, lamenta.

Com tantos problemas, até quem ainda nem começou o curso já está cogitando sair. Letícia Farias, 28, aluna de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, pediu para trancar a faculdade e mesmo assim recebeu cobranças. “Quando entrei na universidade, no final do ano, tive o melhor atendimento do mundo. Por problemas pessoais, não tive como dar continuidade e solicitei o trancamento. A solicitação ainda consta aberta e eu até recebi um boleto para pagar a mensalidade. Tentei falar, mas não consigo. Só com um robô. Assim que resolver meu problema, quero fazer o curso, mas não vou fazer na Unifacs. Tenho certeza”, crava.

Questionada, a assessoria da Unifacs reconheceu que a instituição “tem recebido uma demanda superior se comparado com o mesmo período dos anos anteriores” e, por isso, “reforça que as questões específicas de cada um têm sido avaliadas, caso a caso, conforme suas especificidades”.

Em nota, a faculdade também afirma que “diversas melhorias têm sido implementadas neste início de ano”. Ironicamente, por fim, o comunicado reforça que “mantém abertos seus canais de comunicação com seus estudantes”.

Inscritos no Fies enfrentam mais dificuldades com a Unifacs

Os alunos da Unifacs que utilizam o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) enfrentam uma situação ainda mais delicada.

A estudante de medicina Jayne Cerqueira, de 23 anos, representante dos beneficiados pelo programa, lista uma série de questões que colocam em xeque a possibilidade de permanência na instituição.

O principal deles já rendeu até a instauração de um inquérito civil pelo Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA) para apurar “suposto reajuste abusivo” de 11,5% no curso de Medicina.

“É incompatível o critério de inclusão do Fies com o valor que está sendo cobrado. Muita gente não vai ter mais como ficar. Como uma pessoa com renda baixa paga quase R\$ 4 mil de mensalidade?”, questiona.

Jayne indica também que há uma incongruência em relação aos prazos de pagamento entre o Fies e a Unifacs, que tem gerado transtornos financeiros e psicológicos nos alunos inscritos no programa.

“Todo mês aparecem juros e multa recebidos, em torno de R\$ 300, R\$ 400... A gente acredita que é referente à data de cobrança, mas não tem como trocar a data do Fies para o dia 5 porque é um valor universal, cobrado no dia 15. Todo mês é isso”, declara a aluna. “A gente fica recebendo ligação de cobrança da faculdade, é vexatório”, completa.

Para estes estudantes, a dificuldade de comunicação com a administração da Unifacs é ainda maior.

“Há uma falta de assistência da faculdade com relação às demandas do Fies: não tem atendimento específico. Abriamos solicitações, todas indeferidas porque não entendem as nossas demandas. É preciso que quem atende o Fies saiba o que é o Fies, o que é coparticipação. Temos que ficar explicando e é muito desgastante”, conclui.



ENTREVISTA

João Roma

MINISTRO DA CIDADANIA (REPUBLICANOS)



Em entrevista presencial concedida a Mário Kertész, na **Rádio Metropole**, o ministro da Cidadania João Roma (Republicanos) usou uma metáfora futebolística para comentar as pesquisas eleitorais que colocam Lula (PT) em primeiro lugar e Bolsonaro (PL) em segundo.

“Jogo é jogo e treino é treino. O processo eleitoral é um processo. Eu vejo Bolsonaro sair pelo Brasil e ser muito bem recebido. Já Lula está trancado dentro de casa. Se fosse depender de pesquisa, Bolsonaro nem tinha sido eleito. Rui Costa não tinha nem sido eleito na Bahia”, disse.

Questionado por Kertész sobre qual seria o principal legado do governo Bolsonaro no país, Roma disse que é a defesa da “liberdade”.

“Ele defende a Constituição, sempre tão atacada. A bandeira dele é a liberdade. Eu me vacinei. Ele não se vacinou. Mas viabilizou a vacina para que todos os brasileiros se vacinassem. Ele é contra que a vacina seja imposta. Não só a vacina. Qualquer outra coisa. Ele defende que as pessoas possam escolher o melhor para elas”, disse.

Kertész indagou a Roma se considera seu chefe um negacionista, o que ele prontamente rebateu. “É essa defesa da liberdade que ele faz. É como diz Franklin D. Roosevelt: ‘não sei qual é o caminho do sucesso. Mas com certeza tentar agradar a todos é o caminho do fracasso’. E hoje vejo muito político querendo agradar a todos, em nome do politicamente correto”.

GOVERNO DA BAHIA

Roma também confirmou que será candidato ao governo da Bahia e pontuou que a eleição não está polarizada entre ACM Neto (UNIÃO) e Jaques Wagner (PT).

“Ando nas ruas e as pessoas me pedem que não deixe de me candidatar. Querem uma opção. O governo federal tem um piso natural de votos e estou aqui para defender isso. A disputa deve ser entre o governo estadual, representado por Jaques Wagner, e o governo federal, assim como ocorre no Brasil”, disse.

Roma ainda aproveitou para alfinetar seu ex-amigo e atual desafeto público, ACM Neto. “Ele diz que só se preocupa com as eleições da Bahia. Na verdade, não. Ele se preocupa com a posição dele. Cogita até a votar em Lula. O eleitor que vai para as ruas de verde e amarelo não quer votar em quem quer votar no PT. Aprendi isso na política, mas do que ser uma bússola, às vezes é preciso ser uma anti-bússola. É preciso saber onde se quer ir e também aonde não se quer ir. E quem não se quer ter perto”, disse.





Tudo de novo, outra vez

Malu Fontes

Jornalista, doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas, professora da Facom/UFBA e colaboradora da Rádio Metropole

Diante das tragédias, todo vocabulário parece insuficiente, impreciso, às vezes constrangedor. A inadequação das palavras para descrever o horror e o sofrimento humano fica mais exposta quando, sobrepostas ao repertório de quem os narra, vêm imagens que dispensam sons, de tão fortes e eficientes para traduzir o inferno e a dor dos outros.

Onze anos depois, a cidade e o entorno de Petrópolis, na região serrana do Rio de Janeiro, parecem estar voltando, por um túnel do tempo trágico, para reviver outra vez, de novo, a tragédia de 2011, quando morreram mais de 900 pessoas e houve cerca de 100 desaparecidos cujos corpos nunca foram encontrados. Em menos de 12 horas do início da tempestades já eram cerca de 60 mortos, centenas de carros cujo aspecto se assemelham a bolos de papel amassado e ruas inteiras destruídas.

Às cenas, cada uma mais dantesca, somam-se depoimentos de pessoas que perderam a família inteira, que vão construindo um cansaço emocional imenso de termos que interpretar todos os dias desfiles de desastres que parecem não cessar nunca. Ao contrário: os especialistas em eventos climáticos aparecem pegando emprestado o clichê “novo normal” tão batido nos primeiros meses da pandemia em 2020 e agora o empregam às tragédias da natureza. Dizem que a partir de agora fenômenos

ambientais assim serão cada vez mais frequentes e cada vez de dimensões mais graves.

QUEBRA-QUEIXO E DRONES

De dezembro para cá convivemos com cenas semelhantes no sul da Bahia, em dezenas de municípios de Minas Gerais, em São Paulo e, agora, no Rio de Janeiro. É difícil crer nisso, mas até a quem cabe, por dever de ofício, narrar tudo isso, parece contagiar uma certa banalidade, na escolha do modo como registrar algo tão dolorido. Jornais do Rio postam em suas contas de redes sociais: chuva torrencial atinge Petrópolis e ASSUSTA moradores; repórteres de TV entraram ao vivo na primeira manhã após o início das chuvas e dizem coisas como: a previsão é que ainda haja mais chuva, mas até agora ela não deu as caras; é repórter experiente insistindo, em 2022, na modalidade ‘quebra-queixo’ com pessoas emocionalmente devastadas, aos frangalhos, e lhes enfiando um microfone e uma câmera na cara, perguntando se é difícil estar ali vendo os bombeiros e a vizinhança cavando a lama procurando o corpo do pai e da mãe do entrevistado.

É puro desalento ver, rever, a repetição cotidiana dos mesmos fatos, com pessoas diferentes. Nas chuvas na Bahia, o presidente estava de férias passeando de moto aquática no litoral de Santa Catarina. Agora, está do outro lado do

mundo, fazendo figuração ruim como o estadista que não é, na Rússia. Poderiam ser apenas coincidências dessas involuntárias mesmo, afinal com Jair Bolsonaro em Brasília ou em Moscou as chuvas em Petrópolis caíram do mesmo jeito. O elemento imperdoável é a repetição do mesmo script ruim do teatro político.

Da Rússia, o governo manda avisar que os desabrigados poderão contar consigo mesmos: podem sacar o FGTS para tentar retomar um pedacinho da vida. Táí uma das políticas públicas mais sórdidas já formuladas. Anunciar como benefício o FGTS como se fosse boa vontade governamental. A segunda sordidez: assim que chegar ao Brasil, o presidente vai sobrevoar Petrópolis. Para quê? Para gerar imagens para o Flickr do Palácio do Planalto. Melhor recorrer aos drones. O efeito é o mesmo e sai mais barato. Deus desistiu do Brasil.

Assim que chegar ao Brasil, o presidente vai sobrevoar Petrópolis. Para quê? Gerar imagens para o Flickr



Bahia

O ESTADO QUE MELHOR ENFRENTA A PANDEMIA

A LUTA CONTRA A PANDEMIA NÃO É FÁCIL, MAS O GOVERNO DO ESTADO NÃO PARA DE TRABALHAR. E JUNTOS ESTAMOS PERTO DE VENCER ESSE DESAFIO. PORQUE QUANDO OS BAIANOS PRECISAM DO GOVERNO DO ESTADO, O GOVERNO DO ESTADO ESTÁ SEMPRE AO LADO DOS BAIANOS.

- Dedicamos mais de 3.400 leitos ao coronavírus por toda a Bahia.
- 860 mil baianos tiveram isenção na conta de água.
- Prorrogamos o ICMS para comerciantes.
- Prorrogamos o IPVA para transporte escolar, turístico e autoescola.
- Microempreendedores receberam crédito especial.
- Garantimos Vale-Alimentação, Bolsa-Presença e Programa Mais Estudo para os estudantes.



GOVERNO DO ESTADO

**BAHIA
meu
ORGULHO**